



ATA DA 578ª (QUINGENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às nove horas, por videoconferência, reuniu-se o Conselho Fiscal da CBTU, empresa pública de capital fechado, CNPJ nº 42.357.483/0001-26, NIRE nº 53.5.0000875.6, com sede no Edifício Confederação Nacional do Comércio – CNC, 9º ao 13º andar, Setor Bancário Norte Q1, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.041-902, com a presença do novo presidente do colegiado, SEIJI KUMON FETTER e os demais membros do Conselho: ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA e KAIO FELIPE KOERICH. Foram convidados: a Gerente Geral – Governança, ANTONIELA PATRÍCIA MARQUES; a Gerente Técnica – Gestão de Riscos e Processos, PAOLA OLIVEIRA BRAZ; o Coordenador Técnico – Controle Funcional, TIAGO GOMES DE SOUZA; a Coordenadora Técnica – Tributária, JULIANE SANTOS ARAÚJO; a Técnica de Gestão – Assistente Executiva, ROSELI GAMBARINE LOPES; o Gerente Técnico – Planejamento Empresarial interino, PABLO CASAIS MOREIRA e a Gerente Técnica – Orçamento e Gestão, ÉRICA PATRÍCIA DE MENDONÇA, para prestar esclarecimentos ao Colegiado. A Assistente Executiva LETÍCIA FRANCO RODRIGUES foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes em pauta. Os membros do Conselho Fiscal, únicos presentes com direito a voto, deliberaram nos termos que se seguem:

- 1. Aprovação da minuta da ata 577ª RO.** O Colegiado aprovou a minuta ata. O Presidente do Conselho irá anexar em ata a resposta ao Ofício SEI nº 47798/2023/MF, de 21 de setembro de 2023, à Secretária do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda.
- 2. Apreciação da ata da Diretoria Executiva (DE) – 67ª RE.** O Colegiado orienta que o CA se manifeste sobre a alteração do rito referente ao tema da aprovação do Acordo Coletivo
- 3. Apreciação das atas do Comitê de Auditoria (COAUD) – 119ª RO e 120ª RO.** O Colegiado analisou as referidas atas e não teceu comentários.

4. Apreciação da ata do Conselho de Administração – 429ª RO, 106ª RE e 107ª RE. Em referência à ata 106ª reunião extraordinária, o Colegiado fica distenso com a informação da regularização do quórum do Conselho de Administração; sobre a ata 107ª reunião extraordinária, o Colegiado está de acordo com o Conselho de Administração; em referência as demais atas, o Colegiado analisou e não teceu comentários.

5. Programa de Integridade – apresentação das ações e do Plano de Integridade. O Colegiado transferiu o tema para próxima reunião ordinária de novembro.

6. Histórico REFER e informações sobre a transferência do gerenciamento do plano de previdência complementar dos empregados da CBTU. Conforme solicitado pelo Conselho na 577ª reunião ordinária, a nova Gerente Geral – Governança apresentou um breve histórico sobre o fundo de previdência (REFER) que administra o plano de previdência complementar dos empregados da CBTU. Foi informado ao Conselho que o plano se encontra em transferência de gerenciamento para a BB PREVIDENCIA e que a CBTU está em processo de contratação de consultoria especializada na matéria para subsidiar os administradores da Companhia, na sua atuação enquanto patrocinadora do plano. O Colegiado pediu para tomar ciência quando o Termo de Transferência for finalizado.

7. Gerenciamento de Riscos – apresentação do projeto. A Gerente Técnica – Gestão de Riscos e Processos apresentou ao Colegiado o cronograma do trabalho que será realizado pela empresa Módulo Security Solutions S/A. O objetivo da contratação é efetivar o gerenciamento de riscos e controles internos na CBTU. Foi identificado que para realização do acompanhamento contínuo a necessidade do apoio de um sistema tecnológico, e foi acrescido no plano de trabalho da consultoria a contratação do sistema. A GERIS dará reportes constantes para alta administração da CBTU. Foi apresentado o preceito legal da contratação e também a demanda da CGU para justificar a contratação da consultoria; A contratação foi realizada através da modalidade de pregão eletrônico, sendo o critério de julgamento o menor preço. A vencedora do certame, a empresa Módulo, tem 38 anos de mercado, com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal; A contratada realizou uma visita técnica na STU-REC para conhecer melhor sobre a Companhia e também o trabalho realizado. Foi realizada a apresentação do projeto para Diretoria Executiva e os Superintendentes das unidades no Encontro da Administração Central e as Superintendências realizado em outubro na STU-REC. O projeto de GRC foi dividido em: fase I – estruturação; fase II – implantação, e fase III – acompanhamento. A fase I foi dividida em 8

etapas, sendo: (i) planejamento; (ii) estabelecimento do contexto; (iii) análise estratégica de riscos; (iv) identificação dos processos prioritários; (v) documentação preliminar; (vi) plano de comunicação e reporte; (vii) capacitação, e (viii) proposta de ferramenta informatizada. A fase II foi dividida em 3 etapas: (ix) identificação e avaliação dos riscos relevantes e controles existentes; (x) etapa de resposta e definição de controles; (xi) monitoramento de riscos e controles. E a fase III terá uma etapa: (xii) acompanhamento da implantação e reporte de riscos. Foi acordado com a contratada que assim que a consultoria fosse iniciada, a realização de dois workshops por unidade para introdução dos temas de gerenciamento de riscos e controles internos, a ideia é ter multiplicadores nas unidades auxiliando na gestão contratual com a GERIS. São realizadas reuniões semanais de reporte com a equipe da Módulo com a finalidade de acompanhar o andamento do projeto e das etapas, e também são realizadas reuniões técnicas. O Conselho agradeceu a apresentação e solicitou o envio da recomendação da CGU para análise do Colegiado de como esses entregáveis estão se relacionando com o atendimento da recomendação. A Gerente Técnica disponibilizou a recomendação da CGU aos conselheiros.

8. Contratos relevantes – examinar as contratações relevantes da empresa em especial dispensas e inexigibilidade – 3º trimestre. O Colegiado analisou o material apresentado e não teceu comentários.

9. Receitas não operacionais – 3º trimestre. O Colegiado analisou o material apresentado e não teceu comentários.

10. Evolução do contencioso – 3º trimestre. O Colegiado analisou o material apresentado e não teceu comentários.

11. Riscos fiscais – 3º trimestre. A Técnica em Gestão da GAJUR informou ao Colegiado que houve um aumento dos riscos fiscais devido as novas ações trabalhistas da Administração Central e das Superintendências. Foi identificado que o maior aumento de ações trabalhistas foi na STU-JOP. O pagamento do processo da Ferreira Guedes estará na planilha do 4º trimestre, que impactará um aumento expressivo nas sentenças cíveis e, refletirá no orçamento dos riscos fiscais de 2024.

12. Ressarcimento de pessoal cedido com e sem ônus para Companhia – 3º trimestre. Conforme solicitado pelo Colegiado na 576ª reunião ordinária, de 30/08/2023, o Coordenador Técnico – Controle Funcional apresentou a planilha com o quantitativo de empregados cedidos e

os respectivos órgãos federais, estaduais e municipais de lotação. Em relação aos órgãos federais a maioria dos empregados estão cedidos na Advocacia Geral da União – AGU (RJ, SP, AL e MG) com o total de 65 (sessenta e cinco) empregados; já nos órgãos estaduais e municipais, o maior número dos empregados estão cedidos na Prefeitura Municipal do Recife, com o total de 3 (três) empregados. O Colegiado agradeceu a participação e as informações apresentadas.

13. Controle de inadimplência tributária – 3º trimestre. A Coordenadora Técnica – Tributária apresentou ao Colegiado o Relatório de Controle das Inadimplências Tributárias, foi informado que no relatório é descrito os impostos federais, estaduais e municipais de cada STU da Companhia. Sobre a planilha de Pendências Tributárias e multas das páginas 7 e 8 do relatório, o total de débitos federais é de R\$ 4.880.495,12 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e noventa e cinco reais, doze centavos), débitos estaduais é de R\$ 8.569,14 (oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais, quatorze centavos) e débitos municipais é de R\$ 34.170.405,00 (trinta e quatro milhões, cento e setenta mil e quatrocentos e cinco reais). O Conselho questiona se a pendência de IPTU na cidade de São Paulo pertence a CTPM, e se existe um prazo para solução dos processos fiscais com exigibilidade suspensa. A Coordenadora Tributária informou que os débitos são referentes a quatro inscrições municipais, não soube informar se é apenas da CPTM pois haviam outros proprietários, mas informou que não pertencem a CBTU. Sobre os processos fiscais com exigibilidade suspensa não há um prazo para solução, mas está sendo acompanhado pela Gerência Geral – Jurídica. O Conselho parabenizou o relatório apresentado e, solicitou que as certidões sejam enviadas separadamente e a planilha de controle das certidões seja apresentado após a planilha de pendências tributárias no relatório.

14. Impostos a recuperar – 3º trimestre. A Coordenadora Técnica – Tributária Juliane apresentou a planilha de controle os impostos a recuperar e informou que não ocorreu alteração no comparativo com o 2º trimestre. Foi informado que a planilha contém todos os valores de restituição junto à Receita Federal e a Secretária de Fazenda do Rio de Janeiro e, as atualizações da SELIC são feitas semestralmente.

15. Execução orçamentária – setembro/2023. A Gerente Técnica – Orçamento e Gestão informou ao Colegiado que em 05/09/2023 foi assinado o Acordo Coletivo de Trabalho 2023-2024, que determinou reajustes entre 2,71% e 3,45% sobre os valores de benefícios e salários; em 29/09/2023, em atendimento à solicitação feita pela Coordenação de Orçamento (CGORF/SPOA/Secretaria Executiva) do Ministério das Cidades, foi enviada uma Nota Técnica

conjunta GEORC/GAPLO, com as justificativas para a necessidade de suplementação constante no pedido SIOP nº 410420. Durante o mês de setembro foram feitas duas solicitações de crédito no dia 19/09/2023, sendo a primeira no valor de R\$ 45.831.940,00 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e um mil, novecentos e quarenta reais) e o valor de R\$ 15.772.731,00 (quinze milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e um reais), a necessidade advém da diferença negativa projetada diante do bloqueio de R\$ 198.000.000,00 (cento e noventa e oito milhões de reais), publicada na Portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento nº149 de 1 de junho de 2023. Considerando que a projeção para Ativos Civis até o fim do exercício 2023, com base na média da execução dos primeiros 8 meses (janeiro – agosto), é de R\$ 494.637.138,27 e a dotação atualizada para esta ação é de R\$ 433.497.830,00, a fim de suprir a diferença de R\$ 61.139.308,27, foi solicitado o remanejamento de R\$ 15.772.731,00 de outras ações do mesmo RP para esta (pedido 404190), fazendo-se necessária ainda está suplementação de R\$ 45.831.940,67. Sobre a linha no gráfico de despensas primárias obrigatórias, o Conselho questiona se os valores são apenas da Administração Central ou engloba todas as unidades da Companhia. A Gerente Técnica informou que o valor apresentado no gráfico é referente toda Companhia, e que os pagamentos de sentenças judiciais e depósitos recursais impactam grande parte do orçamento da Companhia.

16. Indicadores operacionais gerais e por STU's – setembro/2023. O Gerente Técnico – Planejamento Empresarial interino informou ao Colegiado que no mês de setembro que na STU-REC ainda sofre com o reflexo da greve e também devido ao feriado prolongado, houve uma queda no transporte no percentual de 13,6% em relação ao mesmo período em 2022; STU-NAT: continua apresentando melhor desempenho em comparação com as demais unidades e as obras de expansão nas linhas aumentaram o percentual de passageiros transportados; STU-JOP: em relação ao questionamento do Colegiado na 578ª RO sobre a queda no transporte de passageiros foi informado pelo Coordenador de unidade que STU-JOP continua transportando o mesmo número de passageiros que 2022, mas houve queda no número de pagantes. A STU-JOP identificou que houve um crescimento no número de evasões em 2023. As novas estações como Cabedelo são totalmente fechadas e impedem que ocorram evasões; STU-MAC: sobre o questionamento do Colegiado na 578ª RO sobre o aumento no percentual de passageiros transportados e uma queda na receita total, a Gerência Financeira da STU-MAC informou que o número de passageiros transportados apesar de ter uma relação com a receita total, não é uma relação 100% pois o passageiro pode efetuar a compra do bilhete, mas utilizado no mês seguinte. Houve um pequeno problema no transporte do dinheiro que era referente a agosto só entrou na planilha de setembro.

Sendo um problema de caixa, e não gratuidade. O Colegiado agradeceu a participação e as informações apresentadas.

Encerramento: Foi confirmada a próxima reunião do Conselho para o dia 24 de novembro de 2023 às 14h 30min. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

SEIJI KUMON FETTER
Presidente

ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA
Conselheiro

KAIO FELIPE KOERICH
Conselheiro

LETÍCIA FRANCO RODRIGUES
Secretária